



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

GABINETE DO PRIMEIRO-MINISTRO

VIII CONSELHO DE MONITORIA DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS

DISCURSO DE ENCERRAMENTO

De Sua Excelência Dr. Carlos Agostinho do Rosário,
Primeiro-Ministro da República de Moçambique

Maputo, 20 de Agosto de 2021

Senhor Ministro da Indústria e Comércio;

Senhor Ministro da Economia e Finanças;

Senhora Ministra do Trabalho e Segurança Social

Senhores Vice-Ministros;

Senhor Presidente da Confederação das Associações Económicas;

Senhores Membros do Conselho Directivo da CTA;

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

- 1.** Chegamos a esta fase derradeira do ***Oitavo Conselho de Monitoria do Ambiente de Negócios***, temos a honra de usar da palavra para tecer considerações finais em torno dos debates havidos nesta manhã, no âmbito do Diálogo Público-Privado.
- 2.** Aproveitamos o ensejo para transmitir os cumprimentos de **Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique**, a todos participantes neste importante evento que é uma das principais plataformas do aprofundamento do Diálogo Público-Privado.
- 3.** Saudamos de forma especial a todo sector empresarial nacional, aqui representado pela CTA, pela resiliência e seu inestimável contributo no processo de crescimento económico e social do nosso país, sobretudo neste contexto adverso, marcado pelos efeitos negativos da COVID-19 e pelas acções terroristas em Cabo Delgado.
- 4.** Expressamos o nosso maior apreço aos parceiros de cooperação que têm apoiado os esforços do Governo na melhoria contínua do ambiente de negócios.

**Minhas Senhoras; e
Meus Senhores,**

- 5.** Realizamos este ***Oitavo Conselho de Monitoria do Ambiente de Negócios***, num momento de grandes desafios decorrentes dos impactos negativos das acções terroristas em Cabo Delgado e da pandemia da COVID-19.
- 6.** No primeiro trimestre de 2021, não obstante essas adversidades, a economia do nosso país registou um ligeiro crescimento, situado em cerca de 0.12% em relação ao período homólogo de 2020 e com uma taxa de inflação que atingiu 5.48% em Julho do presente ano.

7. Esta dinâmica da nossa economia é um sinal positivo tendo em conta que, em 2020, registamos um crescimento situado na ordem de -1.3%.
8. Os esforços em curso para a vacinação massiva contra a COVID-19 e os avanços que as Forças conjuntas de Moçambique, Ruanda e da SADC estão a ter no combate ao terrorismo na Província de Cabo Delgado constituem factores determinantes para a melhoria do desempenho da nossa economia no presente ano.
9. A nossa meta para 2021 é atingirmos um crescimento económico que se situe na banda entre 1,5% e 2,1%.
10. Para alcançarmos este objectivo, o Governo tem pautado pela consolidação fiscal, implementando medidas de mobilização de receita e contenção da despesa pública de modo a garantir a manutenção da estabilidade macroeconómica e dos níveis de sustentabilidade da dívida.
11. A par disso, o Governo prioriza a alocação de recursos e investimento para os sectores produtivos prioritários, nomeadamente agricultura, indústria, energia e infra-estruturas.
12. É neste âmbito que **Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique**, lançou recentemente o ***Programa Nacional "Industrializar Moçambique"***, em Chimoio, província de Manica.
13. Esta iniciativa presidencial visa consolidar o sector industrial no país através da transformação estrutural da nossa economia, agregando valor as nossas matérias-primas e, deste modo, estimular as exportações.
14. Esta estratégia tem como objectivo promover e dinamizar o aumento das exportações e substituir as importações, o que irá contribuir para inverter a situação deficitária da nossa balança comercial.

**Minhas Senhores; e
Meus Senhores,**

15. Os debates havidos nesta sessão do Conselho de Monitoria do Ambiente de Negócios, levam-nos a concluir que, apesar dos desafios impostos pela COVID-19 e pelas acções terroristas em Cabo Delgado, registamos progressos na implementação do Plano de Acção para a Melhoria do Ambiente de Negócios no período 2019-2021.

16. A título ilustrativo, do conjunto de medidas que o Governo se comprometeu a implementar com vista a melhoria do ambiente de negócios, podemos destacar, de entre outras, as seguintes:

- **Eliminação da prática de Inspeção Pré-embarque (IPE) e introdução do “Despacho Simplificado” para exportação**, o que está a permitir flexibilizar e tornar mais célere os processos de importação e exportação, reduzindo o tempo e o custo;
- **Operacionalização do e-tributação** que está a permitir que os contribuintes possam submeter as suas declarações fiscais por via electrónica, bem como proceder ao pagamento dos impostos via banco;
- **Operacionalização do Portal do Balcão de Atendimento Único (BAU)** que contém informação sobre os processos de abertura e insolvência de empresas, legislação em vigor sobre negócios, pacotes de incentivos ao investimento, oportunidades de negócios, de entre outros;
- **Operacionalização da Autoridade Reguladora da Concorrência** que tem por objectivo assegurar uma concorrência livre e leal, bem como desencorajar práticas que ponham em causa o equilíbrio e a eficiência no mercado; e
- **Operacionalização da Central de Registo de Garantias Mobiliárias** que visa alargar o leque de bens que podem ser utilizados como garantia junto das instituições financeiras, o que permite que mais pessoas tenham acesso ao financiamento.

17. Acreditamos que estas e outras reformas em curso irão contribuir para a redução dos custos de transacção, melhorar a competitividade, bem como atrair mais investimento nacional e estrangeiro.

18. Contudo, reconhecemos que ainda temos muito que fazer no quadro da melhoria do ambiente de negócios.

19. A nossa aposta é continuar a aprimorar o quadro legal vigente e implementar reformas que garantam a melhoria do ambiente de negócios no nosso país.

- 20.** Só com a contínua melhoria do ambiente de negócios é que podemos tornar o sector privado nacional cada vez mais sólido, competitivo e que contribua para o crescimento económico e, conseqüentemente, para a geração de mais postos de emprego e renda para as famílias moçambicanas.
- 21.** É neste contexto que continuaremos a promover esforços para acelerar a aprovação e implementação das reformas remanescentes que constam do **Plano de Acção Para a Melhoria do Ambiente de Negócios (PAMAN) 2019-2021**, com destaque para as seguintes:
- Revisão da Lei do Trabalho;
 - Revisão da Lei do Investimento; e
 - Revisão do Código Comercial.
- 22.** Para alcançar esse desiderato, é preciso o comprometimento de todos nós, Governo e sector privado.
- 23.** Todos nós temos que tudo fazer para assegurar a efectiva implementação do Plano de Acção Para a Melhoria do Ambiente de Negócios 2019-2021.
- 24.** Não podemos perder de vista que este é o último ano da implementação deste instrumento que contém acções integradas que o Governo e o Sector Privado comprometeram-se a realizar para garantir a melhoria contínua do ambiente de negócios no nosso país.
- 25.** A par disso, e tendo em conta as reflexões e debates profundos havidos nesta sessão, devemos começar, desde já, a identificar acções e reformas concretas que respondam aos actuais desafios do sector privado, o que irá permitir aprimorar o próximo instrumento de melhoria do ambiente de negócios, a ser acordado no âmbito do Diálogo Público-Privado.

Caros empresários;

- 26.** Com o aprofundamento do Diálogo Público-Privado através dos mecanismos instituídos no PAMAN, continuaremos a assegurar maior participação do empresariado nacional na nossa economia e melhorar, cada vez mais, o ambiente de negócios em Moçambique.

- 27.** Acreditamos que a operacionalização efectiva das Unidades de Implementação de Reformas previstas no PAMAN irá permitir que tenhamos uma plataforma que possibilite que, de uma forma franca e aberta, os sectores público e privado possam buscar conjuntamente soluções para as questões que constituem barreiras na melhoria do ambiente de negócios no país.
- 28.** É neste contexto que, apelamos ao sector privado, que é parte integrante das Unidades de Implementação de Reformas a participar de forma activa e efectiva com o envolvimento directo dos empresários.
- 29.** O envolvimento directo dos empresários nas Unidades de Implementação de Reformas irá permitir que estes coloquem atempadamente as suas preocupações e participem no processo de busca de soluções.
- 30.** O sector empresarial é igualmente chamado a juntar-se aos esforços do Governo na divulgação, a nível de todo território nacional, das acções e reformas em curso visando a contínua melhoria do ambiente de negócios.
- 31.** Estamos certos de que juntos faremos o que deve ser feito para encontrarmos soluções aos problemas que o sector privado enfrenta, alguns dos quais referidos no encontro de hoje.
- 32.** Queremos assegurar que tomamos nota das propostas e preocupações do sector privado que foram referidos nas diversas intervenções e que acreditamos que constituem elementos fundamentais para continuarmos, cada vez mais, a melhorar o nosso ambiente de negócios.
- 33.** Podemos destacar, de entre as várias, algumas preocupações que consideramos legítimas que têm a ver com a necessidade de assumirmos certos compromissos numa base mais realística para não criarmos expectativas aos empresários que depois não conseguiremos corresponder no tempo que se previa.
- 34.** Relativamente aos vistos de trabalho, conforme foi referido aqui, o Governo não está indiferente a esta preocupação que tem sido sistematicamente apresentada e há um trabalho em curso no sentido de encontrarmos os melhores caminhos e mecanismos que nos conduzam a uma solução que satisfaça as partes.

**Minhas Senhores; e
Meus Senhores,**

- 35.** Felicitamos o debate franco e aberto havido entre o Governo e o Sector Privado, o que contribui para a consolidação do Diálogo Público-Privado.
- 36.** Acreditamos que as várias contribuições feitas na sessão de hoje irão nos permitir ultrapassar os desafios que têm surgido no âmbito da implementação das reformas previstas no Plano de Acção para Melhoria do Ambiente de Negócios.
- 37.** A terminar, reafirmamos a determinação do Governo, sob a liderança de **Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique**, em continuar a consolidar os mecanismos de diálogo para que desta forma tenhamos um sector privado competitivo e robusto.
- 38.** Com estas palavras, declaro encerrado **o oitavo Conselho de Monitoria do Ambiente de Negócios.**

Muito obrigado pela atenção!